

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

258 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 1 a 5 de dezembro de 2025

1. FINANCIAMENTO À UCRÂNIA - PROPOSTAS	1
1. Duas opções apresentadas aos Estados-Membros	1
2. Garantias jurídicas e recurso ao artigo 122.º do TFUE	1
3. Enquadramento teórico e jurídico	2
2. REUNIÕES MINISTERIAIS SOBRE DEFESA	2
Conselho de Ministros da Defesa UE	2
Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO	3
3. ACTIVIDADE DO PARLAMENTO EUROPEU	3
LIBE - Asilo	3
AFET - Política Externa da UE	4
AFET - relações UE-EUA	4
SEDE - futuro da Defesa Europeia	5
ECON - diálogo monetário com BCE	5
4. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34	6
Relatório intercalar do PE	6
Comité das Regiões	6
5. COMISSÃO EUROPEIA - ROTEIRO PARA O EMPREGO DE QUALIDADE	7
6. COMISSÃO EUROPEIA - SEGURANÇA ECONÓMICA	7
7. PRESIDÊNCIA CIPRIOTA DO CONSELHO DA UE - PRIORIDADES	8
8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - COSAC	8
9. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - SEGURANÇA E DEFESA	9
10. REUNIÕES DO CONSELHO	10
11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	10
Conselho Europeu	10
Parlamento Europeu	10
Comissão Europeia	10
Conselho da UE	10

1. FINANCIAMENTO À UCRÂNIA - PROPOSTAS

Demos nota, na Síntese n.º [257](#), das possibilidades a ser consideradas pela União Europeia (UE) para o financiamento à Ucrânia, de modo a responder às [necessidades militares e orçamentais de Kiev em 2026-2027, estimadas em 135,7 mil milhões de euros](#).

Na passada quarta-feira, a Comissão Europeia apresentou uma [proposta para mobilizar até €210 mil milhões para financiar a Ucrânia](#), através de um novo “**emprestimo de reparações**” baseado nos ativos soberanos russos imobilizados na UE. A primeira meta é assegurar €90 mil milhões para 2026-2027, com reembolso apenas após a Rússia pagar reparações. Ursula von der Leyen qualificou o momento como “*um ponto de viragem*” e reafirmou que a Europa continuará a ser “*o parceiro mais forte e mais firme da Ucrânia*”, sublinhando que o instrumento visa também “*aumentar o custo da guerra para a Rússia*” e reforçar a posição de Kiev em futuras negociações (declarações disponíveis [aqui](#)).

1. Duas opções apresentadas aos Estados-Membros

A Comissão apresentou duas vias paralelas para financiar a Ucrânia, permitindo que os Estados-Membros escolham ou combinem soluções.

1.1. *Empréstimo clássico da UE – requer unanimidade*

- Empréstimo contraído pela UE nos mercados, com garantia do orçamento europeu.
- Exige unanimidade no Conselho.
- Pode ser acionado antes de 2028 apenas se houver acordo para alterar o atual QFP; caso contrário, só com o QFP 2028-2034.
- Na falta de unanimidade, os Estados devem fornecer garantias nacionais proporcionais ao seu RNB, aumentando a respetiva dívida pública.

1.2. *“Reparations Loan” – possível por maioria qualificada*

- Utiliza os saldos de caixa resultantes dos ativos russos imobilizados em todas as instituições financeiras da UE (c. €210 mil milhões) - proposta [aqui](#).
- Estabelecido por maioria qualificada, evitando vetos nacionais.
- A Ucrânia reembolsa apenas quando receber reparações da Rússia.
- Dotação total prevista: €95 mil milhões para apoio macrofinanceiro; €115 mil milhões para apoio militar, seguindo o princípio de “cascata” (prioridade ao equipamento ucraniano).
- Inclui um “*special account*” e uma cláusula de não retrocesso em reformas anticorrupção.

2. Garantias jurídicas e recurso ao artigo 122.º do TFUE

Para garantir que os ativos russos permanecem congelados, a Comissão propõe recorrer ao artigo [122.º, n.º 1, do TFUE](#)¹, evitando assim depender da renovação semestral das sanções. Este novo enquadramento (proposta [aqui](#)) proibirá o retorno dos ativos imobilizados à Rússia, com base em razões económicas, reforçando

¹ Artigo 122.º

1. Sem prejuízo de quaisquer outros procedimentos previstos nos Tratados, o Conselho, sob proposta da Comissão, pode decidir, num espírito de solidariedade entre os Estados-Membros, das medidas adequadas à situação económica, nomeadamente em caso de dificuldades graves no aprovisionamento de certos produtos, designadamente no domínio da energia. (...)

simultaneamente a “*no claim clause*”, que impede a execução na UE de eventuais reclamações russas. O mecanismo incluirá ainda um sistema para assegurar liquidez rápida a depositários centrais como a Euroclear, caso seja necessário estabilizar o sistema financeiro. As preocupações da Bélgica são parcialmente atendidas através da distribuição dos riscos entre todos os Estados-Membros e da inclusão de todos os ativos imobilizados na UE, embora o governo belga mantenha reservas e exija garantias adicionais para cobrir potenciais riscos.

3. Enquadramento teórico e jurídico

O *think-tank* do PE publicou, na passada semana, um estudo bastante desenvolvido sobre as várias opções jurídicas para este financiamento à Ucrânia, intitulado *EU sanctions and Russia's frozen assets* e disponível [aqui](#). A análise parte do princípio, firmemente ancorado no direito internacional, de que a Rússia tem a obrigação de pagar reparações pela agressão contra a Ucrânia, e descreve o regime de sanções atualmente em vigor — 19 pacotes coordenados com o G7 — que resultaram na imobilização de cerca de €210 mil milhões em ativos soberanos e €28 mil milhões em ativos privados.

O estudo sustenta que a criação de um empréstimo de reparações permitiria assegurar liquidez imediata para a Ucrânia, antecipando futuras reparações devidas pela Rússia. O instrumento assentaria numa arquitetura jurídica concebida para: (i) manter os ativos do Banco Central da Rússia congelados através de decisões por maioria qualificada, evitando vetos na renovação semestral das sanções; (ii) reinterpretar a relação entre imunidades estatais e contramedidas, permitindo usar os ativos como garantia indireta; e (iii) articular o instrumento com mecanismos internacionais de justiça e reparações, assegurando coerência entre direito da UE e direito internacional. O financiamento seria levantado nos mercados ou com apoio dos Estados-Membros e só seria reembolsado quando a Rússia pagar reparações.

O ponto 5.1.4 detalha ainda o uso do artigo 122.º TFUE para assegurar a continuidade do congelamento dos ativos, combinando medidas restritivas prolongadas com uma engenharia jurídica para evitar a transferência de propriedade.

O próximo [Conselho Europeu de 18-19 de dezembro](#) debaterá estas propostas. Para mais informações:

- [Proposta de regulamento que estabelece o empréstimo de reparação à Ucrânia e altera o Regulamento \(UE\) 2024/792](#)
- [Proposta de regulamento do Conselho relativo a medidas de emergência para fazer face às graves dificuldades económicas causadas pelas ações da Rússia no contexto da guerra na Ucrânia](#)
- [Proposta de regulamento do Conselho que altera o Regulamento \(UE\) 2020/2093 do Conselho que estabelece o QFP para o período 2021-2027](#)

2. REUNIÕES MINISTERIAIS SOBRE DEFESA

Conselho de Ministros da Defesa UE

Reunidos em Bruxelas, a 1 de dezembro, os ministros da Defesa da UE reforçaram a necessidade de aprofundar a cooperação europeia em matéria de defesa, acelerar aquisições conjuntas e consolidar capacidades industriais comuns (detalhe [aqui](#)). O Conselho discutiu ainda o apoio militar à Ucrânia com o ministro Denys Shmyhal.

Os ministros apoiaram a proposta da Comissão para reforçar a mobilidade militar, considerada essencial para a dissuasão, num contexto em que se ambiciona um futuro “*Schengen militar*”. Analisaram igualmente projetos estratégicos de defesa, incluindo o reforço da linha de defesa no flanco leste, com a Letónia a destacar a prioridade em “*drones e sistemas anti-drones*”, e a Lituânia a pedir soluções tecnológicas para lidar com balões que têm perturbado o seu espaço aéreo. O Luxemburgo salientou a importância do “*escudo espacial de defesa*”. Em paralelo, a Alta Representante Kallas defendeu que “*a Europa e a Ucrânia têm de construir em conjunto, produzir em conjunto e inovar em conjunto*”, valorizando a experiência operacional ucraniana para o

fortalecimento industrial europeu. À margem, o Comité Diretor da Agência Europeia de Defesa discutiu orientações para reforçar a Agência e avançar com projetos colaborativos de capacidades a médio e longo prazo.

Importa, ainda, dar nota de que quinze dos dezanove Estados-Membros participantes no instrumento SAFE incluíram projetos de cooperação com a Ucrânia nos seus planos nacionais, envolvendo montantes de vários milhares de milhões de euros e alinhando-se com o roteiro europeu de preparação da defesa para 2030. A Comissão avaliará estes planos até janeiro de 2026, antes de serem aprovados pelo Conselho.

Reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO

Os ministros dos Negócios Estrangeiros da NATO reuniram-se em Bruxelas, assinalando o ponto intermédio entre a Cimeira de Haia e a Cimeira de Ancara de 2026 (detalhe [aqui](#)). O Secretário-Geral, Mark Rutte, destacou a continuação da guerra russa contra a Ucrânia e ações hostis como violações de espaço aéreo e ciberataques. Os ministros sublinharam a necessidade de força e unidade, centrando-se num percurso credível para alcançar o objetivo de 5 % do PIB em despesa de defesa até 2035, contabilizando o apoio à Ucrânia como parte desse esforço. Rutte afirmou que a meta “*não se resume a números*”, mas a consolidar uma Aliança mais robusta e adaptável, destacando o reforço do flanco leste e a modernização de capacidades. Na sessão do Conselho NATO-Ucrânia, com participação da Alta Representante Kaja Kallas, o ministro ucraniano Andrii Sybiha apresentou a situação no terreno e as necessidades urgentes do seu país. Rutte reiterou o compromisso inabalável com Kiev e salientou que, através da Prioritised Ukraine Requirements List (PURL), os Aliados estão a fornecer capacidades essenciais — sobretudo defesa aérea — com novos contributos anunciados, considerando “*a segurança da Ucrânia está estreitamente ligada à nossa*”.

Esta iniciativa, criada em agosto para financiar a aquisição de equipamento militar norte-americano destinado à Ucrânia, já reuniu 4 mil milhões de dólares em quatro meses, com participação de cerca de dois terços dos Aliados. Estes fundos permitiram entregar oito pacotes de capacidades, incluindo sistemas de defesa aérea, proteção de infraestruturas energéticas e apoio à linha da frente.

3. ACTIVIDADE DO PARLAMENTO EUROPEU

LIBE - Asilo

A Comissão das Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos (LIBE) do PE aprovou a sua posição sobre a **revisão das regras relativas ao conceito de país terceiro seguro (Safe Third Country – STC)** previstas no Regulamento de Procedimentos de Asilo, com 40 votos a favor e 32 contra (detalhe [aqui](#) e texto [aqui](#)). O texto clarifica as condições em que um Estado-Membro pode declarar um país terceiro seguro para um requerente de asilo e, consequentemente, considerar o pedido inadmissível. A proposta confirma que a aplicação do conceito continua a ser facultativa, mas reforça o seu enquadramento jurídico: um pedido pode ser remetido para um país terceiro quando exista uma ligação relevante com esse país (família, estadia prévia ou laços linguísticos, culturais, económicos, religiosos ou geográficos), quando o requerente tenha transitado por um país onde poderia ter solicitado proteção efetiva, ou quando exista um acordo formal — escrito, juridicamente sólido e transparente — celebrado com esse país. O Parlamento insiste em ser informado desde o início de quaisquer negociações sobre tais acordos e defende que menores não acompanhados sejam excluídos da aplicação destes mecanismos, exceto em casos fundamentados de segurança nacional ou ordem pública. A proposta confirma também que um recurso contra a decisão de inadmissibilidade não confere automaticamente o direito de permanência no território da UE.

O relatório sublinha que o direito internacional não exige a existência de uma ligação entre o requerente e o país terceiro para aplicação do conceito STC, alinhando-se assim com a revisão proposta pela Comissão Europeia. O objetivo central é tornar os procedimentos de asilo e retorno mais rápidos, claros e eficazes, evitando

disparidades entre Estados-Membros e reduzindo a pressão sobre os sistemas de acolhimento. A relatora Lena Düpont (PPE, Alemanha) afirmou que este regulamento é “*uma peça essencial para tornar o Pacto da Migração credível e operacional*”, por garantir coerência no sistema europeu e flexibilidade na aplicação do conceito, permitindo que a proteção seja concedida “*onde for necessária, mas não automaticamente dentro da UE se puder ser assegurada de forma segura noutro local*”. Deverão iniciar-se em breve as negociações com o Conselho, de modo a que Regulamento de Procedimentos de Asilo entre em vigor em junho de 2026.

O relatório sobre STC foi aprovado com os votos do PPE, ECR, PfE e ESN, naquilo que se designa informalmente por “*maioria Venezuela*” (explicador [aqui](#)). Os restantes grupos políticos — S&D, Renew Europe, Verdes/ALE e A Esquerda — votaram contra ambos os textos e criticaram a maioria que os aprovou, acusando o Parlamento de se transformar numa “*câmara de registo*” das propostas da Comissão, dada a reduzida alteração introduzida pelos relatores face aos textos originais. Estes grupos denunciam ainda a ausência de avaliação de impacto, a incoerência de outros grupos por apoiarem resoluções críticas de violações de direitos fundamentais em países agora classificados como seguros e os riscos de dependência estratégica da UE de governos terceiros na gestão das migrações. O grupo S&D considera que estas revisões “*minam elementos centrais do Pacto de Migração e Asilo*”, enquanto várias vozes sublinham a precipitação do processo legislativo num momento em que os pedidos de asilo se encontram em mínimos históricos. A votação terá lugar no plenário de dezembro, enquanto o Conselho deverá pronunciar-se a 8 de dezembro.

AFET - Política Externa da UE

A Comissão dos Assuntos Externos (AFET) aprovou um relatório que alerta para a necessidade de a UE manter uma política externa ativa num contexto de crescente instabilidade — do Leste Europeu ao Médio Oriente, Sahel e Ártico — marcado pela competição geopolítica e instrumentalização de fluxos económicos, informacionais e migratórios (detalhe do relatório [aqui](#)). Os Deputados defendem que o alargamento deve ser entendido como um investimento geoestratégico na segurança europeia, insistem em que qualquer acordo de paz imposto pela Rússia à Ucrânia seria inaceitável e apelam ao reforço contínuo do apoio militar a Kiev, incluindo defesa aérea e capacidades de longo alcance. O relatório sublinha ainda o papel central do multilateralismo, a necessidade de reformas na ONU e encoraja os Estados-Membros a recorrerem mais à abstenção construtiva para permitir respostas rápidas no âmbito da PESC, demonstrando que maior eficácia é possível sem alterar os Tratados.

Assinala-se, ainda, que a visibilidade externa da UE não corresponde ao seu peso económico e financeiro, defendendo maior clareza na distribuição de competências entre a Alta Representante, o Presidente da Comissão e o Presidente do Conselho Europeu. O relator David McAllister sublinha que a tarefa estratégica da UE passa por reforçar parcerias globais, melhorar a capacidade de dissuasão e assegurar coerência na utilização de instrumentos como sanções, comunicação estratégica e a Global Gateway. O relatório segue agora para votação em plenário, prevista para janeiro de 2026.

AFET - relações UE-EUA

A Comissão AFET aprovou um relatório que defende o aprofundamento da cooperação transatlântica, salientando que a UE e os EUA precisam de uma relação capaz de responder eficazmente a ameaças globais em evolução (detalhe [aqui](#)). Os Deputados sublinham que, embora a parceria transatlântica permaneça essencial para a segurança internacional e para a comunidade de democracias, a UE deve reforçar a sua autonomia estratégica, particularmente nos domínios do comércio, tecnologia, energia, segurança e defesa. O relatório apela a uma presença militar contínua dos EUA na Europa — especialmente no flanco oriental — e destaca a importância da liderança norte-americana na NATO e do papel dos serviços de informação dos EUA para a segurança europeia. Em relação à guerra da Ucrânia, os Deputados alertam para os riscos de iniciativas diplomáticas que possam legitimar a agressão russa, defendem que qualquer solução deve ser “*justa e*

sustentável” e insistem que tanto a UE como a Ucrânia devem participar plenamente em quaisquer negociações sobre o futuro e a segurança europeia.

No plano económico, o relatório incentiva a UE e os EUA a avançarem para a eliminação de tarifas e barreiras não pautais, lamentando que os compromissos assumidos nas reuniões de Turnberry e na declaração conjunta de agosto de 2025 não sejam “*recíprocos, justos ou equilibrados*”. Os Deputados apelam a progressos imediatos em matérias como as condições de exportação de aço e alumínio da UE, reafirmando a necessidade de preservar a autonomia regulatória europeia e de garantir pleno respeito pela sua integridade institucional e processos de decisão soberanos.

SEDE - futuro da Defesa Europeia

A Comissão de Segurança e Defesa aprovou um relatório que avalia a política comum de segurança e defesa da UE e defende o reforço do esforço, da cooperação e da solidariedade europeias num contexto de deterioração da ordem de segurança causada pelas agressões da Rússia (mais informação [aqui](#) e [aqui](#)). Os Deputados alertam para limitações dos atuais processos institucionais e defendem uma cooperação estreita entre Estados-Membros, assente em regras comuns, como condição para prevenir conflitos. O relatório propõe uma arquitetura europeia de segurança renovada, que reforce o vínculo transatlântico e a cooperação com a NATO, mas que garanta igualmente a capacidade autónoma de atuação ao abrigo do artigo 42.º, n.º 7, do TUE. Expressa ainda preocupação com a ambiguidade atual na relação UE-EUA em matéria de defesa, reconhecendo o papel imprescindível dos Estados Unidos e apelando à consolidação de um pilar europeu forte dentro da NATO.

O texto destaca progressos no aumento da despesa em defesa, mas identifica lacunas de dissensão que exigem ação imediata: revisão de doutrinas militares, reposição de stocks, aumento da produção industrial, interoperabilidade reforçada e maior investimento em inovação. Afirma igualmente que a Rússia permanece a principal ameaça militar à UE, reiterando o apoio à soberania e integridade territorial da Ucrânia e defendendo a integração da experiência operacional ucraniana em áreas como guerra híbrida, drones, mísseis balísticos e defesa aérea. O relator, Thijs Reuten, sustentou que a Europa está “*num momento crítico*” e necessita de “*assumir o controlo da sua própria defesa*”, propondo medidas estruturais como capacidades europeias de comando e controlo, ativos comuns para operações militares, uma “DARPA europeia”, mais compras conjuntas e a eliminação de barreiras no mercado interno da defesa. O relatório foi aprovado por 23 votos a favor, 9 contra e 3 abstenções e segue para votação em plenário em janeiro de 2026.

ECON - diálogo monetário com BCE

A Comissão dos Assuntos Económicos e Monetários reuniu-se com a Presidente do BCE, Christine Lagarde, no último Diálogo Monetário do ano, durante o qual apresentou as principais conclusões das previsões económicas do banco central (mais informação [aqui](#) e a gravação do debate [aqui](#)). Lagarde afirmou que o mercado de trabalho se mantém dinâmico, que a despesa em defesa está a apoiar a atividade económica e que os riscos para o panorama macroeconómico diminuíram face a avaliações anteriores, ainda que persistam ameaças significativas decorrentes do comércio internacional, dos mercados financeiros e das tensões geopolíticas. Explicou igualmente o conjunto de instrumentos à disposição do BCE e reiterou que muitas das melhorias estruturais necessárias dependem de políticas não monetárias, conduzidas pelos governos, em particular no que diz respeito à conclusão do mercado interno.

Na sessão de perguntas e respostas, os Deputados ao PE abordaram temas como a pressão para uma eventual redução das taxas de juro perante níveis crescentes de dívida em alguns Estados-Membros, os limites da estratégia de simplificação da Comissão, o atraso da UE face aos EUA e à China no desenvolvimento da inteligência artificial e os riscos que tal pode representar para a estabilidade económica. Questionaram também a proposta italiana de utilizar reservas de ouro do banco central para mitigar a dívida pública, bem como o

impacto do aumento das compras de ouro pelos bancos centrais. Outros temas incluíram a relutância dos bancos em relação ao euro digital, vias de apoio à Ucrânia compatíveis com o direito da UE e internacional, e o acesso ao crédito por famílias e PME. No final, Lagarde respondeu ainda a questões na qualidade de Presidente do Conselho Europeu do Risco Sistémico.

4. QUADRO FINANCEIRO PLURIANUAL 2028-34

Relatório intercalar do PE

A Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu discutirá, em 11 de dezembro, o projeto de relatório intercalar sobre o QFP 2028-2034, que propõe um aumento de €169 mil milhões relativamente à proposta apresentada pela Comissão Europeia. O parecer final deverá ser votado em maio de 2026. Redigido pelos co-relatores **Siegfried Mureşan (PPE)** e **Carla Tavares (S&D)**, o relatório argumenta que a proposta da Comissão — 1,26% do RNB, equivalente a €1 613 mil milhões a preços de 2025 — representa, “*em termos reais*”, um congelamento orçamental, atendendo à inflação e às novas responsabilidades da União. Os co-relatores propõem elevar o esforço para 1,27% do RNB (ou 1,38% incluindo os reembolsos do NextGenerationEU), atingindo €1 782,5 mil milhões, a fim de responder às pressões decorrentes da guerra na Ucrânia, da transição verde, da competitividade industrial, da soberania tecnológica e do aumento das necessidades de defesa.

O projeto rejeita cortes propostos pela Comissão e propõe aumentos significativos em várias rubricas. Para coesão, agricultura e segurança, recomenda-se um acréscimo de €89,14 mil milhões, elevando a dotação para €886,25 mil milhões (face aos €797,11 mil milhões propostos). Para competitividade, prosperidade e segurança, propõe-se um reforço de €58,4 mil milhões, fixando a rubrica em €580,6 mil milhões, com foco em investigação, inovação, transição verde e capacidades de defesa. A ação externa seria reforçada para €211,25 mil milhões (+€21,25 mil milhões), privilegiando o Instrumento de Vizinhança e o apoio à Ucrânia. O texto propõe ainda reforçar a flexibilidade orçamental, alargando instrumentos existentes, criando um novo instrumento para respostas de emergência e estabelecendo um mecanismo de crise assente em empréstimos com controlo parlamentar. No capítulo das receitas próprias, defende-se a redução da dependência das contribuições nacionais, propondo novas fontes — incluindo uma taxa sobre serviços digitais — capazes de gerar pelo menos €60 mil milhões anuais para financiar o QFP e o reembolso da dívida do NextGenerationEU. O projeto de relatório pode ser consultado em: <https://aeur.eu/f/jt9>.²

Comité das Regiões

O Comité das Regiões (CdR) adotou um projeto de parecer que propõe melhorias à proposta da Comissão para o QFP 2028-2034, defendendo que a política de **coesão** permaneça um pilar central da solidariedade europeia e que as garantias já avançadas pela Presidente da Comissão sejam formalizadas em legislação (parecer disponível [aqui](#)). O CdR reivindica a manutenção de linhas orçamentais distintas para coesão e agricultura, apoio a todas as regiões, preservação da abordagem territorial, da gestão partilhada e do princípio de parceria, e apoio a criação de cinco novas fontes de receita para reforçar o orçamento da UE. Paralelamente, a comissão COTER analisou pareceres sobre regulamentos setoriais do futuro QFP — planos nacionais e regionais de parceria (co-relatores Vasco Alves Cordeiro e Emil Boc), FEDER, Mecanismo Interligar a Europa 2028-2034 e quadro de desempenho — que serão votados na comissão e posteriormente em plenário durante o primeiro semestre de 2026.

Finalmente, o Tribunal de Contas da UE publicou um relatório sobre os Instrumentos financeiros da política de coesão, disponível [aqui](#).

² Cortesia Agence Europe.

5. COMISSÃO EUROPEIA - ROTEIRO PARA O EMPREGO DE QUALIDADE

A Comissão Europeia apresentou o Roteiro para o Emprego de Qualidade, um compromisso político destinado a promover empregos de elevada qualidade e adaptados às transições ecológica, digital e demográfica. O documento identifica cinco domínios prioritários: *i) criação e manutenção de empregos de qualidade; ii) garantia de equidade e modernização no trabalho; iii) apoio às transições económica, digital e verde; iv) reforço do diálogo social; e v) melhoria do acesso a direitos, serviços públicos e investimento adequado*. Resultante de um processo de consulta envolvendo cerca de 200 organizações, o roteiro é complementado pela primeira fase da consulta sobre um futuro Regulamento Empregos de Qualidade (a propor em 2026), que atualizará a legislação laboral europeia. Entre os temas em avaliação incluem-se gestão algorítmica e IA no trabalho, riscos psicosociais, regulamentação das cadeias de subcontratação e mecanismos de transição justa. A Comissão destaca ainda a urgência de responder ao impacto do aumento do custo de vida e ao agravamento dos riscos laborais — 29% dos trabalhadores reportaram stress, ansiedade ou depressão relacionados com o trabalho em 2025 — articulando o roteiro com iniciativas estruturantes como a União das Competências, o Pacto da Indústria Limpa e as Orientações para a Competitividade, e prevendo que pelo menos 14% do financiamento das parcerias nacionais e regionais do próximo QFP seja dedicado a objetivos sociais. Ao apresentar a iniciativa, a vice-presidente executiva Roxana Mînzatu afirmou: “*Todos os empregos na Europa devem ser de qualidade. É assim que atraímos talentos, reduzimos a pobreza no trabalho e reforçamos a competitividade e a coesão social da Europa.*”

Paralelamente, os ministros do Emprego e Assuntos Sociais discutiram, a 1 de dezembro ([aqui](#)), a agenda de simplificação legislativa da Presidência dinamarquesa, num debate centrado no equilíbrio entre competitividade e proteção dos trabalhadores. Embora várias delegações tenham apoiado o objetivo de reduzir, até 2029, 25% das cargas administrativas e 35% das que afetam as PME, vários Estados alertaram para riscos de desregulação: Espanha e Eslovénia defenderam a preservação do acervo social europeu; a Finlândia avisou que a legislação não deve travar a inovação; e Suécia, Países Baixos e República Checa exigiram avaliações de impacto rigorosas e garantias de viabilidade prática de qualquer iniciativa. A Bélgica reiterou a preferência por acordos entre parceiros sociais. O ministro dinamarquês Kaare Dybvad Bek defendeu, contudo, a “*urgência*” da simplificação para preservar empregos e competitividade, evitando “*sobrecarga europeia*”. A vice-presidente Roxana Mînzatu reafirmou que o núcleo dos direitos sociais não é negociável, anunciou o futuro ESSPASS (passaporte social europeu) e o pacote legislativo sobre mobilidade equitativa, previsto para meados de 2026 (relatório [aqui](#)).

6. COMISSÃO EUROPEIA - SEGURANÇA ECONÓMICA

A Comissão Europeia e a Alta Representante apresentaram uma nova abordagem estratégica para reforçar a segurança económica da União, passando de uma postura essencialmente reativa para uma utilização mais proativa, sistemática e estratégica dos instrumentos existentes. A comunicação assenta na Estratégia de Segurança Económica de 2023 e identifica seis domínios prioritários de risco elevado: *i) reduzir dependências estratégicas, ii) atrair investimento seguro, iii) apoiar uma indústria europeia de defesa e espaço mais robusta, iv) assegurar liderança em tecnologias críticas, v) proteger dados sensíveis e vi) reforçar a resiliência de infraestruturas críticas*. Para fundamentar decisões, a Comissão reforçará as capacidades de avaliação de riscos, recolha e partilha de informação, num trabalho estreito com Estados-Membros e empresas (detalhe [aqui](#)).

A UE prevê ainda completar o seu conjunto de instrumentos, com destaque para a nova iniciativa ResourceEU, destinada a combater dependências externas em matérias-primas críticas e semicondutores. Outras propostas estruturais — incluindo o Regulamento SAFE, o novo Acelerador Industrial, o “CHIPS 2.0”, o Regulamento Indústria de Impacto Zero e novas estratégias para empresas emergentes — estão em preparação. Nas palavras da Alta Representante, “*a segurança económica é fundamental para a segurança da Europa*”.

7. PRESIDÊNCIA CIPRIOTA DO CONSELHO DA UE - PRIORIDADES

O Presidente de Chipre, Nikos Christodoulides, apresentou em Nicósia as prioridades da Presidência cipriota do Conselho da UE (1 de janeiro – 30 de junho de 2026), afirmando que o semestre será assumido “num momento crucial” para a União e orientado para o reforço da autonomia estratégica, da capacidade de resposta e da competitividade europeia. As prioridades centrais definidas para o semestre são as seguintes:

- Reforço da segurança, defesa e autonomia estratégica da UE, incluindo segurança marítima e melhoria da capacidade de gestão de crises.
- Apoio prioritário à Ucrânia, com defesa da integridade territorial, soberania e independência, refletindo também a experiência cipriota como Estado-Membro sob ocupação militar.
- Implementação efetiva do Pacto da Migração e Asilo, com forte ênfase na dimensão externa das migrações.
- Dinamização do Mercado Único, simplificação administrativa e redução da burocracia, com apoio reforçado às PME.
- Resposta a desafios sociais, como habitação acessível, preços da energia, proteção de pessoas vulneráveis e segurança online das crianças.
- Reforço da política externa da UE, com aprofundamento das relações com a vizinhança sul, incluindo o Conselho de Cooperação do Golfo, e promoção de acordos de comércio livre com a Índia, os EAU e parceiros do Golfo.
- Condução das negociações do próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP), com o objetivo de alcançar um acordo político até 2026.

Sinalizou ainda abertura para convidar o Presidente e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia às reuniões de alto nível durante o semestre, caso Ancara manifeste vontade política nesse sentido.

Em paralelo, a Conferência de Presidentes do Parlamento Europeu — composta pela Presidente Roberta Metsola e pelos líderes dos grupos políticos — deslocou-se a Nicósia para preparar a cooperação institucional durante o semestre cipriota (detalhe [aqui](#)). Nas reuniões com o Presidente da República e membros do Governo, Metsola destacou que Chipre assume a Presidência “num momento de rápida mudança e de expectativas crescentes”, afirmando que, com Nicósia “como parceiro forte”, será possível “entregar resultados — juntos”. Christodoulides, num sinal de cooperação com o PE, anunciou que os presidentes das comissões parlamentares serão convidados a participar nas 19 reuniões informais do Conselho durante a Presidência. A apresentação formal das prioridades cipriotas ao PE terá lugar em Estrasburgo, a **20 de janeiro** de 2026.

8. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - COSAC³

Realizou-se entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro, a LXXIV Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União (COSAC), organizada pela dimensão parlamentar da Presidência dinamarquesa do Conselho da União. A delegação da Assembleia da República, constituída pelos Deputados da Comissão de Assuntos Europeus Edite Estrela (PS) – chefe da delegação -, Ricardo Carvalho (PSD), Eva Brás Pinho (PSD), Patrícia Almeida (CH), Eduardo Pinheiro (PS) e Jorge Miguel Teixeira (IL).

Da [agenda](#) da reunião constava a sessão de abertura, que contou com a participação de Vice-Presidente do Parlamento dinamarquês, Lars-Christian Brask, um painel dedicado ao apreciação de questões processuais, nomeadamente, a apresentação do 44.º relatório bianual da COSAC, a nomeação do Membro Permanente do

³ Ponto elaborado por Liliane Sanches Silva, Divisão de Apoio às Comissões.

Secretariado da COSAC para o período 2026/2027, e a prestação de informação sobre as propostas de emendas apresentadas ao regulamento da COSAC e as propostas de alteração ao regime de cofinanciamento.

Após uma mensagem em vídeo da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, seguiram-se as sessões de trabalho que incidiram sobre temas como «uma Europa forte num mundo em mudança — O Rumo definido pela Presidência Dinamarquesa», «A política comercial da UE num mundo incerto», «Debate em painel: A transição verde de um setor agroalimentar europeu competitivo», «Crescimento sustentável e energia» e o «Alargamento da UE, reformas internas e Estado de direito».

A delegação portuguesa participou, ainda, na reunião do Grupo Mediterrâneo (COSAC MED) a convite dos Presidentes das Comissões dos Assuntos Europeus da Assembleia Francesa e do Senado francês, durante a qual foi discutido o Pacto Europeu para o Mediterrâneo, e tiveram também lugar reuniões bilaterais com a delegação das Cortes Generales do Parlamento espanhol na qual se debateu a continuação do aprofundamento das relações entre os dois Parlamentos, e com a delegação do Parlamento ucraniano em que foram debatidas questões relacionadas com o conflito na Ucrânia, a sua integração na União Europeia e a realização de uma visita ao país. Na sessão de encerramento, procedeu-se à adoção das conclusões e contributos da LXXIV COSAC. Toda a documentação referente à reunião está disponível [aqui](#).



9. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR - SEGURANÇA E DEFESA⁴

A Reunião Interparlamentar da Comissão de Segurança e Defesa (SEDE) do PE, realizada em Bruxelas a 3 e 4 de dezembro de 2025, reuniu Deputados ao Parlamento Europeu, representantes dos parlamentos nacionais e responsáveis institucionais para debater o futuro da defesa europeia num contexto de forte pressão geopolítica. A Assembleia da República participou com uma delegação composta pelos Deputados Hernâni Dias (PSD), Ricardo Carvalho (PSD), Ricardo Lopes Reis (CH) e Luís Dias (PS). A agenda estruturou-se em quatro painéis temáticos dedicados à prontidão e competitividade da indústria de defesa europeia, à transformação militar exigida pelo novo ambiente estratégico, ao reforço do pilar europeu na NATO e aos desafios estruturais que configuram um verdadeiro momento de viragem para a defesa europeia (detalhe da reunião [aqui](#)).



Cada painel permitiu aprofundar dimensões centrais da arquitetura de segurança da União. O primeiro examinou o Roteiro para a Prontidão 2030, incluindo os quatro projetos emblemáticos destinados a colmatar lacunas críticas de capacidades — defesa aérea, munições de longo alcance, mobilidade militar e resiliência industrial — bem como o reforço da cooperação com a Ucrânia no desenvolvimento de capacidades e produção conjunta. O segundo painel abordou a transformação militar necessária num contexto de guerra de alta intensidade, analisando a adaptação das doutrinas europeias, a aceleração da inovação tecnológica, o papel dos

⁴ Ponto elaborado por Margarida Ascensão, Divisão de Apoio às Comissões.

drones e sistemas autónomos, e a necessidade de interoperabilidade reforçada entre Estados-Membros. O terceiro debate centrou-se no reforço do pilar europeu da NATO, discutindo como a autonomia estratégica deve ser entendida de forma complementar ao quadro transatlântico e destacando o contributo europeu para a dissuasão e defesa coletiva. Por fim, o quarto painel identificou os desafios estruturais que tornam este um “*ponto de viragem*” — desde a mobilidade militar e o financiamento sustentável da defesa até à consolidação do mercado europeu de defesa e à continuidade do apoio político e material à Ucrânia — oferecendo uma visão integrada dos fatores que moldarão a segurança europeia na próxima década.

10. REUNIÕES DO CONSELHO

Tiveram lugar as seguintes reuniões: 1 de dezembro - Conselho sobre Emprego e Política Social e Conselho dos Negócios Estrangeiros (Defesa); 4 de dezembro - Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia).

11. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível [aqui](#).

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à atividade das Comissões do PE.

Comissão Europeia

A próxima reunião terá lugar a 10 de dezembro, destacando-se: Pacote Ambiental Omnibus e Pacote Automóvel.

Conselho da UE

O calendário está disponível: 8 de dezembro - Competitividade – Mercado Interno e Indústria; Justiça e Assuntos Internos; 9 de dezembro - Investigação e Espaço; 11 de dezembro - Eurogrupo e Agricultura e Pescas.

Bruxelas | 5 de dezembro de 2025

Para mais informações: Bruno Dias Pinheiro, Representante Permanente da AR junto da UE (página dedicada [aqui](#)).

Pode consultar as Sínteses anteriores [aqui](#) e [aqui](#) (base pesquisável)